

# Informativo Jurídico

Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA

N.º 85/2023 - 01/09

## Brasil

### ⊕ Poder Executivo Federal:

**Decreto n.º 11.678/2023:** Altera o Decreto n.º 10.854, de 10 de novembro de 2021, para regulamentar disposições relativas ao **Programa de Alimentação do Trabalhador**.

**Portaria/MAPA n.º 612/2023:** Estabelece **preços mínimos para os produtos de verão e regionais da safra 2023/2024**, relacionados nos Anexos I e II desta Portaria, fixados pelo Conselho Monetário Nacional por meio do Voto n.º 46/2023 - CMN, de 24 de agosto de 2023.

### ⊕ Poder Legislativo Federal:

**PL n.º 4218/2023 (SF):** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a **contribuição sindical** e revoga dispositivo da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

CLIQUE PARA  
LER!



# Informativo Jurídico

Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA

N.º 85/2023 - 01/09

## Brasil

### ⊕ Poder Legislativo Federal:

**PL n.º 4222/2023 (SF):** Altera a Lei n.º 6.321 de 14 de abril de 1976 que dispõe sobre o **programa de alimentação do trabalhador** para autorizar pagamento em pecúnia.

**PL n.º 4269/2023 (CD):** Altera a Lei n.º 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, a fim de **reconhecer a conservação de vegetação nativa no cômputo do grau de utilização da terra.**

### ⊕ Poder Judiciário Federal:

**Marco Temporal:** para ministro André Mendonça, Constituição previu demarcação conforme cenário de 1988. **(STF)**

**STF** declara validade de dispositivos da Lei de Biossegurança sobre transgênicos.

**CLIQUE PARA  
LER!**



# Informativo Jurídico

Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA

N.º 85/2023 - 01/09

## Paraíba

### ⊕ Poder Executivo Estadual:

Sem inovações relevantes ao agronegócio.

### ⊕ Poder Legislativo Estadual:

**PL n.º 926/2023:** Estabelece prazos de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Estadual, direta e indireta, e dá outras providências.

### ⊕ Poder Judiciário Estadual:

Sem inovações relevantes ao agronegócio.

**CLIQUE PARA  
LER!**

